

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1949-1967) E CLAUSEWITZ: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O NEXO ENTRE GUERRA E POLÍTICA NO BRASIL

THE ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1949-1967) AND CLAUSEWITZ: A BRIEF DISCUSSION ON THE NEXUS BETWEEN WAR AND POLITICS IN BRAZIL

ANNA CAROLINA MONÉIA FARIAS¹

Universidade Estadual Paulista
E-mail: carolmoneia@hotmail.com

Resumo: A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada como um núcleo de estudos com o objetivo de promover conhecimento necessário para se pensar estratégias de planejamento da segurança nacional. Entretanto, a escola foi fundada em meio ao período da Guerra Fria, de modo que temas de extrema relevância para a época foram incorporados nas pautas de objeto de estudo da instituição, tais como a política nacional e o desenvolvimento do Brasil. A ESG teve, além de um papel fundamental no do pensamento militar brasileiro, uma enorme relevância nas questões práticas a partir da criação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e implantação da mesma no governo Castelo Branco. Diante disso, procura-se observar as relações entre o pensamento da Escola Superior de Guerra, no período que vai da sua criação ao governo de Castelo Branco, e a teoria de um dos maiores e mais relevantes estudiosos de guerra, Carl von Clausewitz.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Clausewitz; Guerra e Política.

Abstract: The “Escola Superior de Guerra” (ESG) was created as a studies center with the objective of promoting knowledge and to think about national security planning strategies. However, the school was founded in the midst of the Cold War period, so the subjects of extreme relevance to that time were incorporated into the institution's study guidelines, such as the national politics and the development of Brazil. In addition to playing a fundamental role in the Brazilian military thought, the ESG had a great relevance in practical matters since the creation of the National Security Doctrine (DSN), and its implementation in the Castelo Branco government. Therefore, it is sought to observe the relations between the thinking of the Brazilian War College, in the period from its creation to the government of Castelo Branco, and the theory of one of the greatest and most relevant war scholars, Carl von Clausewitz.

Key-words: Escola Superior de Guerra; Clausewitz; War and Politics.

¹ Graduada em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e mestranda de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na mesma instituição. Trabalho realizado com apoio financeiro e institucional sob o processo 2015/14829-2 e 2017/14824-6 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

INTRODUÇÃO

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada no final da década de quarenta, inicialmente, com vistas a ser uma instituição de ensino e desenvolvimento de estudos sobre estratégia e guerra, dirigido aos militares do Brasil como parte de um longo processo de modernização das Forças Armadas do país. Todavia, passados alguns anos, as transformações nas conjunturas internacionais e nacionais conduziram a escola a novas bases, não só na perspectiva militar, mas também na incorporação de aspectos da política nacional.

A instituição, inspirada e influenciada pelo modelo norte-americano, adquiriu características, consideradas pelos dirigentes, como adaptações fundamentais para a realidade nacional. Diferentemente da proposta americana, a Escola Superior de Guerra brasileira excedeu o escopo militar, de forma a desenvolver um pensamento não só direcionado às questões da temática da guerra, mas também às mais diversas dimensões da vida social. Com isso, o conhecimento acumulado nas mais variadas esferas, levou à ESG desenvolver uma Doutrina de Segurança Nacional, a qual teria impactos decisivos na política brasileira. Desse modo, a formação de pensamento político a partir de um núcleo de estudos bélicos enseja a discussão quanto ao nexo da guerra e da política, sobretudo diante do pretexto de um plano nacional frente a uma possível “guerra total”.

Desde o período clássico, diversos autores se debruçaram no estudo de assuntos militares, mas foi o general Carl von Clausewitz, quem discorreu sobre a temática, idealizando uma de suas máximas de que “*a guerra é a continuação da política por outros meios*”. Através da sua experiência pessoal, durante o período de guerras napoleônicas, do seu pensamento crítico e de uso de exemplos históricos, Clausewitz é considerado um dos maiores teóricos do estudo da guerra e seu pensamento é ainda altamente contemporâneo.

Frente a isso, o presente artigo faz uma breve apresentação de aspectos históricos da formação da Escola Superior de Guerra (ESG) que são fundamentais para situar a direção da instituição ao desenvolvimento do pensamento político, bem como apresenta apontamentos fundamentais da principal obra de Clausewitz, “Da Guerra”, com o propósito de busca observar a relação entre guerra e política no pensamento militar brasileiro da Escola Superior de Guerra do período que vai da sua criação até o governo

Castello Branco, um dos representantes do pensamento da escola, e as contribuições que o general prussiano pode oferecer para a compreensão do mesmo.

1 O PENSAMENTO MILITAR ESGUIANO

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 20 de agosto de 1949, durante o governo Dutra, com o intuito primeiro de “(...) desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1949) Isto é, idealizada como um centro de estudos e pesquisa para militares no Brasil. Entretanto, além do propósito de capacitação e modernização das forças armadas, a escola foi fundada em meio ao pós-Segunda Guerra Mundial, de modo que o ensejo impulsionador que levou ao empenho da instituição foi a necessidade de ponderar a segurança nacional brasileira, principalmente, diante da conjuntura de guerra.

A origem mais remota da criação da ESG está relacionada ao curso de Alto Comando, o qual foi designado pela Lei de Ensino Militar, em 1942, e dirigido exclusivamente aos generais e coronéis do Exército com o objetivo de promover o estudo de estratégia e direção da guerra. Anos mais tarde, a Escola Superior de Guerra surgiu com a função de ministrar o curso não só para o Exército, mas também para a Marinha e Forças Aéreas. Contudo, rapidamente as bases da instituição se tornaram mais amplas. (FEREZIN, 2012; MUNDIM, 2007)

Ainda em 1942, o Brasil declara guerra aos países do Eixo, colocando-se em defesa ao bloco ocidental, e, no ano seguinte, cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater os países inimigos junto aos EUA. Esses oficiais brasileiros enviados aos campos europeus receberam treinamento de estadunidenses, os quais defendiam que o Exército brasileiro não estava suficientemente preparado para o que viria a enfrentar na Itália. A partir disso, os EUA decidiram, então, promover na sua Escola de Comando e Estado-Maior, em *Fort Leavenworth*, um curso de aprimoramento. Mais de duzentos militares brasileiros participaram desse curso, inclusive Humberto de Alencar Castello Branco, quem viria a ser presidente do país anos mais tarde. (FEREZIN, 2012)

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial e da desintegração da FEB, os oficiais brasileiros que estiveram no campo de batalha retornaram trazendo suas experiências e uma bagagem de conhecimento que seria fundamental para o desenvolvimento do pensamento militar brasileiro. O contato desses brasileiros com as Forças Armadas estadunidenses fez com que oficiais brasileiros percebessem a enorme desigualdade tanto no aspecto técnico quanto humano entre ambos os países. Dessa forma, ficou evidente a eles a necessidade de atualização das forças militares em diversos aspectos: desde suas doutrinas e planejamentos, até logística, recursos e equipamentos. (FEREZIN, 2012)

A organização da escola brasileira ficou, então, aos cuidados do general Cordeiro de Farias, o qual recomendou que a mesma deveria seguir os padrões da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, mas com algumas diferenças importantes, uma vez que deve-se considerar que a grandeza das Forças Armadas de um Estado, quanto à preparação e aos equipamentos, está diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento do país, de modo que quanto maior o poder de compra, de evolução tecnológica e dos interesses nacionais, maior pode ser o investimento no setor militar. No caso do Brasil, a questão da segurança nacional não podia, então, ser separada dos aspectos domésticos e do desempenho econômico nacional. Os EUA, por outro lado, eram um país desenvolvido, de modo que suas atenções podiam ser direcionadas especialmente às questões de guerra e à política externa, enquanto o Brasil encontrava-se em um cenário diferente, preocupado principalmente com questões domésticas. Sendo assim, a escola deveria atentar-se não só com a preparação para a guerra, mas daria ênfase sobretudo aos aspectos internos e a inter-relação entre desenvolvimento e segurança, de forma a desenvolver uma elite capaz de resolver os problemas políticos nacionais em tempos de paz. (FEREZIN, 2012; MUNDIM, 2007; STEPAN, 1975)

Enquanto a escola norte-americana - tomada como modelo pelos brasileiros - era destinada aos militares, podendo participar apenas civis provenientes de organismos do governo relacionados a assuntos internacionais, a escola brasileira admitia civis de importantes áreas como indústria, comunicações, educação e, até mesmo, do sistema bancário, justamente pela atenção dada às questões de desenvolvimento. Esse contato com civis foi de extrema importância tanto para o desenvolvimento da escola, quanto para a aproximação entre militares e civis. Considerando isto, o segundo comandante da ESG, o

marechal Juarez Távora declarou que iria aumentar a representação dos civis, visto que a escola não tinha a função apenas de treinar militar, uma vez que deveria se ater a todos aqueles que poderiam de alguma forma influenciar o governo. (STEPAN, 1975, p. 130)

Portanto, essa visão revela uma característica importante na escola brasileira: a introdução de civis. Para a ESG, seria necessário que o conceito de segurança envolvesse não só as forças armadas, mas também todos os aspectos da vida política e social. Desse modo, os militares passaram a absorver a questão da ação cívica, concebendo a si próprio um papel de “construtores da nação”. A ideia seria espelhar o mesmo arranjo militar na organização da sociedade, partindo da concepção de que não era possível existir Forças Armadas disciplinadas em uma nação indisciplinada. Segundo Miyamoto (1995, p.84, apud FERZIN, 2012): “a Escola Superior de Guerra sempre arrogou a si o papel de guardião da sociedade, tendo seu cargo a proteção dos valores culturais e espirituais da nação contra o perigo comunista”. A Guerra Fria e a guerra revolucionária evidenciaram aos esguianos que esses conflitos buscavam atingir não apenas aos Estados e as Forças Armadas, mas também o povo, a nação, através do extermínio gradual da sua moral e seus valores, bem como das suas Instituições. Portanto, na concepção da escola, o momento exigia o “soldado civil”. (FERZIN, 2012; MUNDIM, 2007)

Essa percepção revela que o pensamento militar esguiano acreditava que o país deveria ser conduzido por “uma elite capaz de assegurar as aspirações do povo” e que as elites brasileiras consistiam no atraso cultural do país, reflexo da formação da estrutura arcaica do Estado brasileiro. Logo, a ESG foi pensada para incluir não só os militares, mas a elite civil, promovendo o estudo para o exercício de cargos de alta responsabilidade principalmente na administração pública e no setor privado, visando caminhar frente ao desenvolvimento. Entretanto, vale mencionar que era exigido aos civis ter algum curso universitário ou semelhante para ingresso na escola, o que significava a ausência total de representantes dos sindicatos e das classes baixas. (STEPAN, 1975; TIBOLA, 2007)

Dessa forma, a Escola Superior de Guerra empreendeu mais do que estudos voltados para estratégia, guerra e segurança, compreendendo também estudos de todos os aspectos da vida política, econômica e social brasileira. Dentro dessa gama de áreas estavam estudos voltados à inflação, à reforma agrária, às relações internacionais e, até mesmo, ao transporte e educação. Ainda assim, todos esses estudos só foram sair do meio acadêmico

para ganhar espaço nas Forças Armadas no começo da década de 60 com o agravamento da crise brasileira. (STEPAN, 1975)

Com a instauração da Guerra Fria, configurou-se uma nova conjuntura no mundo, e, no Brasil, a tensão entre Ocidente e Oriente, a qual refletiu diretamente na postura e no foco da ESG. Dessa forma, o contexto internacional e nacional do final da década de 50 e início dos anos 60 evidenciava um temor ao comunismo. O conflito ideológico no sistema internacional tinha consequências diretas e profundas no interior do Brasil. A ESG, desde sua formação, se posicionou contra o comunismo e tornou-se um centro de estudo ideológico da estratégia contrarrevolucionária do país, tornando claro o fato de ser mais do que um espaço para aprendizagem de práticas e teorias, afinal, tratava-se de uma instituição inserida dentro de um plano de disputas ideológicas, detentora dos seus próprios intelectuais. A partir dessa perspectiva, o general Golbery, principal estudioso e membro da ESG, defendia o imperativo ao planejamento da segurança nacional, visto que, segundo o mesmo, a América Latina enfrentava ameaças que poderiam levar a insurreição a fim de se implantar um governo favorável à ideologia comunista, o que seria perigoso não só ao Brasil, mas também ao mundo americano e ocidental. (STEPAN, 1975; MUNDIM, 2007)

Em meio a esse cenário, a ESG traçou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)- irradiada principalmente através do general Golbery, buscando unir segurança e bem-estar social. Esses estudos conglomeravam temáticas de segurança nacional, estratégia nacional, política nacional, poder nacional, objetivos nacionais e desenvolvimento, servindo como base teórica às ações de repressão aos movimentos revolucionários. Segundo Tibola (2007),

(...) no entendimento de seus idealizadores, antes de se criar procedimentos (Estratégia) para chegar-se ao desenvolvimento (Objetivo) era imprescindível “tomar um banho de Brasil”. Da exploração das potencialidades e necessidades do Estado Nacional (Poder), dependeriam as ações (Política) do governo para o alcance do “Bem Comum”. A partir dessas idéias, elaborou-se um método capaz de aplicar a doutrina. (TIBOLA, 2007, p.44)

Os estudos da ESG e da DSN foram pensados partindo do conceito de “guerra total”, a qual correspondia a um novo tipo de conflito, propiciado pelo desenvolvimento da tecnologia. Frente a isso, o conceito de “defesa nacional” – tradicionalmente relacionado à

proteção de fronteiras - deveria ser ampliado e passou-se a ser substituído por segurança nacional, de modo que a integridade do Estado não seria apenas uma responsabilidade das Forças Armadas, mas sim, da nação como um todo, a qual deveria estar comprometida do combate ao “inimigo interno”, aos comunistas. (COIMBRA, 2000) É, portando, diante disso que se tornou necessário instruir a sociedade, de modo a que a mesma estivesse sempre pronta para o caso de uma guerra total. Segundo João Roberto Martins Filho (1995, apud Tibola, 2007):

O próprio conceito chave de ‘segurança nacional’ procurava diferenciar-se da idéia clássica [castrense] de ‘defesa nacional’, cuja conotação mais estreita os fundadores da ESG queriam evitar. A noção de ‘segurança’, mais ampla que a de defesa, se originava da idéia norte-americana da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares.

Dessa forma, a ESG observava que a guerra em seu período, convencional ou revolucionária, implicava a mobilização da produção do país inteiro, de modo que a escola não deveria se limitar apenas à proteção de fronteiras, e sim, “a maximização racional do produto da economia e da minimização de todas as fontes de cisão e desunião dentro do país. Conseqüentemente, dava-se grande atenção à necessidade de um governo forte e de planejamento.” (STEPAN, 1975, p.132) Toda essa “mobilização econômica” deveria ser gerida pelo Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas.

No que cabe ainda na discussão de política, a perspectiva esguiana passava pela criação de uma nova lei eleitoral de modo a estabelecer limites ao número de partidos. De forma geral, não havia um encorajamento ao pluralismo ou mesmo a participação e mobilização política, muito pelo contrário, a ideologia da escola pensava o poder como indivisível, e o poder para a ESG era expressado em quatro esferas distintas: política, militar, econômica e psicossocial. Os estudos da ESG sugeriam a necessidade de maior centralização do poder e de controle da sociedade pelo aparelho estatal, salvo, é claro, a atuação do capital estrangeiro e da burguesia industrial. Esses estudos ponderavam, até mesmo, uma reorganização das fronteiras estaduais com intuito de enfraquecer o poder das antigas oligarquias e de permitir maior racionalidade econômica na implantação de planos de desenvolvimento. (FEREZIN, 2012; MUNDIM, 2007; STEPAN, 1975)

A crise do início dos anos 60 fez com que difundisse entre os membros da Escola Superior de Guerra uma impressão de que o presidente da época, João Goulart, estivesse estimulando de certa forma a anarquia e a subversão, e por isso, o Brasil requeria uma política nova de desenvolvimento e segurança. A partir de então, os próprios docentes da instituição juntos tornaram-se um forma de conspiração contra o governo de Goulart. Segundo Stepan (1975, p. 128): “foi em grande parte por causa da ESG que (...) grande número de oficiais passaram a sentir que dispunham da estratégia mais apropriada e mais realista para desenvolver o país, e dos tecnocratas mais qualificados para pôr em prática esta estratégia.”

A ESG previa, portanto, que o governo, e sobretudo o poder executivo, deveria ser fortalecido para resguardar o país da subversão, por motivos de segurança nacional. Esse pensamento, associado às propostas de mobilização do país, da necessidade de contornar a crise e de se traçar uma estratégia total de desenvolvimento, de combater a subversão interna, de preocupar-se com a segurança interna foram argumentos básicos para justificar as ações que levaram a tomada do poder nacional e na progressiva militarização da sociedade. Frente a isso e tendo como mote a manutenção da ordem e a preocupação com a Segurança Nacional, em 1964 os militares dão um golpe e tomam o poder do país. O Marechal Castello Branco é, então, o primeiro a assumir a presidência do que viria a ser um longo período de mais de 20 anos, conhecido como período ditatorial brasileiro, em que culminou na militarização da política. (STEPAN, 1975)

Como defende Stepan, “a ideologia da ESG foi um fator relevante na revolução de 1964”. Com o golpe de 1964, Castello Branco assume a presidência e junto ao seu governo, um grande número de antigos membros do corpo permanente da ESG e de homens que, pelo menos, passaram pela escola. Vale ressaltar que o próprio presidente foi diretor do Departamento de Estudos da instituição e durante o seu governo, diplomados e ex-membros ocuparam importantes cargos como Ministro do Interior, Ministro do Exterior, Ministro dos Transportes, diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI), chefe da Casa Militar, entre outros. (STEPAN, 1975)

Dessa forma, foi, então, que o governo Castello Branco institucionalizou muito do que a Escola Superior de Guerra havia previsto, principalmente a partir da Doutrina de

Segurança Nacional com a criação de leis e regras sobre todos os setores da vida social. A aproximação brasileira aos norte-americanos tal qual defendida pelo pensamento da ESG, e principalmente pelo coronal Golbery, foi uma das concretizações realizadas pelo governo de Castello Branco, uma vez que o Brasil uniu forças ao país do hemisfério norte em nome da defesa do mundo ocidental cristão. (COIMBRA, 2000; FERREZIN, 2012)

Frente ao exposto, é possível observar como os estudos da Escola Superior de Guerra representaram uma das linhas do pensamento militar brasileiro de grande proeminência não só no meio acadêmico, diante da produção ideológica e intelectual, mas também no aspecto prático com a implantação da Doutrina de Segurança Nacional e do governo Castello Branco. Apenas anos mais tarde é que o pensamento da ESG começa enfrentar alguns problemas. Portanto, é evidente que a ESG não corresponde a uma escola de ensino de guerra tal qual o modelo que serviu de inspiração para a sua criação, ou seja, voltada mais aos assuntos de guerra propriamente dita. Como já foi dito, a ESG vai além desta temática, pensando também sobre desenvolvimento econômico e político nacional. Diante disso, procura-se agora estudar o nexos entre guerra e política, considerando o pensamento da Escola Superior de Guerra, no período proposto, e as reflexões de um dos estudiosos mais importantes sobre o tema, Carl von Clausewitz.

2 O QUE A TEORIA DE CLAUSEWITZ PODE CONTRIBUIR PARA O ENTENDIMENTO DO PENSAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA?

Como foi apresentado, a ESG ultrapassa o seu escopo de estudos militares para compreender também estudos da vida política, econômica e social brasileira, de modo a formar o conjunto de pensamento político brasileiro originado de instituições militares, utilizando o argumento de uma possível “guerra total” como endosso para suas ações. Diante dessa relação entre os estudos militares e políticos desenvolvidos pela ESG, propõe-se dialogar com a teoria de um dos principais estudiosos do tema, Carl von Clausewitz.

O general prussiano, Clausewitz, é autor da obra “*Vom Kriege*”, ou “Da Guerra” na versão traduzida. Clausewitz refletiu sobre essa temática com base na sua própria experiência enquanto soldado no contexto das guerras napoleônicas, bem como através do estudo dos

acontecimentos históricos e da sua percepção crítica sobre a guerra. Das suas observações, o general pode perceber que as guerras não se tratavam de simples fórmulas matemáticas, de modo que para ele era fundamental tomá-la pela sua complexidade, isto é, indo além dos aspectos datados, considerando tudo o que seria da “natureza da guerra”. Desse modo, a teoria do autor tem sido base de análise para muitos acadêmicos em diferentes épocas. Defende-se, portanto, que mesmo tratando-se de épocas, contextos e observações diferentes, a forma com que Clausewitz traçou suas reflexões, permite sua adequação às distintas conjunturas históricas, na medida em que sejam respeitadas as particularidades do próprio contexto em que “Da Guerra” foi escrito.

Ainda que erroneamente tenha sido atribuído a Clausewitz o título de “apóstolo da guerra total”², o termo não é nem mesmo discutido pelo autor. Esse conceito remonta a obra de Erich Ludendorff, “*Der totale Krieg*”, na qual, inclusive, o autor considerava o “Da Guerra” uma obra obsoleta (CORMIER, 2016, p. 117). A guerra total é compreendida em um aspecto real no sentido da mobilização total do país - isto é, da população, do sistema político, da economia, da sua capacidade industrial produtiva - submetida aos esforços da guerra, de modo que a mesma seriam uma grande mobilização para aniquilar qualquer capacidade do inimigo reagir, visando a vitória militar.

Por outro lado, a visão de Clausewitz vai de encontro com essa perspectiva. Dentre as contribuições de extrema relevância que o general proporcionou aos estudos militares, a discussão sobre o nexo entre guerra e política é uma das mais importantes. Isto porque, segundo o autor, a guerra não é uma expressão auto justificada – ou seja, a guerra pela guerra, o engajamento com o fim último militar - mas sim uma manifestação subordinada à vontade política, que visa propósitos políticos. Clausewitz entende que “*a guerra é uma mera continuação da política por outros meios*”³ no sentido de ser uma manifestação política por meios violentos.

Sendo assim, é ela a condutora das ações militares, o “intelecto da guerra”, de modo que está presente em todas as guerras, desde aquelas mais brandas, até as mais próximas ao extremo. Na realidade, o elemento político é o dirigente e moderador da propensão, ou não,

² Através do militar britânico Liddel Hart (1997), a ideia de Clausewitz ser um “apologeta ao derramamento de sangue puro e simples” e um “apóstolo da guerra total” se tornou dominante no senso comum.

³ Referência ao título do item 24 do capítulo I, Livro I, no original: “*Der Krieg ist eine bloÙe Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln*” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 15).

em direção aos extremos. Dessa forma, o ponto de equilíbrio entre as diferentes manifestações da violência – desde uma guerra de extermínio até uma observação armada - é a própria política:

Então, para retornar ao ponto principal, se é também verdade, que em um tipo de guerra a política parece desaparecer completamente, enquanto que no outro tipo ela se destaca muito claramente, no entanto, pode-se afirmar, que um é tão político quanto o outro; pois, considerando a política como a inteligência do Estado personificado, então, entre todas as constelações, que os seus cálculos devem ser compreendidos, pode-se ainda entender onde a natureza de toda relação exige a uma guerra do primeiro tipo. Somente na medida em que a política não é entendida como uma percepção geral, mas como a concepção convencional de uma violência evitada, cautelosa, astuta e até desonesta, poderia o último tipo de guerra pertencer a ela [política] mais do que a primeira (CLAUSEWITZ, 2010, p. 16, tradução livre)⁴.

Desse modo, a política é descrita como a “inteligência do Estado personificado”, de forma que a guerra não possa ser entendida como um fim em si mesmo, mas apenas tem sentido dentro do entendimento da “*continuação da política por outros meios*”. Como o autor observa:

Que a política assuma, unindo e equilibrando em si, todos os interesses da administração interna, também os [interesses] da humanidade, e tudo mais que o entendimento filosófico poderia trazer; pois a política não é nada em si, mas é um mero depositário de todos os interesses contra outros Estados. Que elas tenham uma direção errada, que possam servir preferencialmente à ambição, aos interesses privados e à vaidade dos governantes, não cabem aqui; pois em nenhum caso a Arte da guerra pode ser considerada como sua mentora, e nós podemos aqui considerar a política somente como representante dos interesses da sociedade (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469, tradução livre, grifo nosso)⁵.

⁴ No original: “Wenn es also, um zur Hauptsache zurückzukehren, auch wahr ist, daß bei der einen Art Krieg die Politik ganz zu verschwinden scheint, während sie bei der anderen Art sehr bestimmt hervortritt, so kann man doch behaupten, daß die eine so politisch sei wie die andere; denn betrachtet man die Politik wie die Intelligenz des personifizierten Staates, so muß unter allen Konstellationen, die ihr Kalkül aufzufassen hat, doch auch diejenige begriffen sein können, wo die Natur aller Verhältnisse einen Krieg der ersten Art bedingt. Nur insofern man unter Politik nicht eine allgemeine Einsicht, sondern den konventionellen Begriff einer der Gewalt abgewendeten, behutsamen, verschlagenen, auch unredlichen Klugheit versteht, könnte die letzte Art des Krieges ihr mehr angehören als die erstere“ (CLAUSEWITZ, 2010, p. 16).

⁵ No original: “Daß die Politik alle Interessen der inneren Verwaltung, auch die der Menschlichkeit, und was sonst der philosophische Verstand zur Sprache bringen könnte, in sich vereinigt und ausgleicht, wird vorausgesetzt; denn die Politik ist ja nichts an sich, sondern ein bloßer Sachwalter aller dieser Interessen gegen andere Staaten. Daß sie eine falsche Richtung haben, dem Ehrgeiz, dem Privatinteresse, der Eitelkeit der Regierenden vorzugsweise dienen kann, gehört nicht hierher; denn in keinem Fall ist es die Kriegskunst, welche als ihr Präzeptor betrachtet werden kann, und wir können hier die Politik nur als Repräsentanten aller Interessen der ganzen Gesellschaft betrachten“ (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469).

Sendo assim, a política é a “*representante dos interesses da sociedade*”, enquanto a guerra é uma extensão das relações sociais e humanas, um choque entre interesses divergentes e pertencentes “à lógica dos conflitos de uma dada sociedade” (PASSOS, 2014, p. 117). Uma das principais diferenças da guerra para outros fenômenos do mundo político é a sua própria natureza violenta. Em outras palavras, a guerra é uma instrumentalização da violência com o objetivo de se atingir determinados fins políticos. Sendo assim, a política invade todas as suas áreas, inclusive nos elementos militares. Como explica Clausewitz, ela não incide diretamente nos detalhes operacionais, táticos, tais quais o posicionamento de tropas; no entanto, ela tem grande influência no planejamento da guerra, no nível estratégico⁶, uma vez que o propósito político é o ponto de orientação da guerra, o qual “determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 82).

Entende-se assim que mesmo em guerras de proporções mais extremas e de intensa mobilização dos esforços, o propósito final da guerra deve ser alcançar determinados fins políticos, de modo que a perspectiva de uma guerra total, visando o sucesso militar despreza os objetivos políticos que devem ser os norteadores de qualquer ação e passam a considerar a vitória militar como o seu fim principal. Como aponta um importante intérprete de Clausewitz, Bernard Brodie, alcançar os objetivos é apenas uma questão de quem está conduzindo a guerra: o soldado ou os políticos; de modo que o soldado tem como pressuposto a vitória sobre qualquer custo e possibilidade, enquanto que os políticos devem ter no horizonte a conquista dos objetivos políticos utilizando a guerra como uma ferramenta para tal. (BRODIE, 1973, p. 38, 46) Considerando essa subordinação da guerra à política, os objetivos militares não se concebem separadamente aos objetivos políticos, de modo que são também necessariamente políticos. (PASSOS, 2014)

É evidente a importância em ressaltar que a ESG foi criada em um contexto de Guerra Fria, de modo que a discussão de uma possível guerra de enormes proporções entre EUA e URSS ganhava cada vez mais espaço. Nesse período, com o advento da tecnologia, sobretudo das armas de destruição em massa, levaram a concepção de que “toda guerra

⁶ Na definição clausewitziana, a tática ensina o emprego das forças no combate de forma isolada, enquanto que a estratégia está relacionada com a “*utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra*” (CLAUSEWITZ, s.d.: p.138).

moderna deve ser guerra total” (BRODIE, 1973, p.392) A doutrina da escola foi desenvolvida, portanto, inserida neste período de grandes incertezas e disputas hegemônicas, sob a aceção de que o país deveria se preparar para uma eventual guerra total, de modo a comprometer não só as Forças Armadas, mas também toda a população.

Entretanto, retomando o pensamento clausewitziano, é fundamental que os responsáveis pela política tenham clareza quanto a própria natureza da guerra para que não se faça imposições a ela que não possam ser cumpridas pelo viés militar.

Ninguém dá início a uma guerra - ou melhor, ninguém em sua consciência deveria fazê-lo - sem ter primeiro claro em sua mente o que pretende obter através dela e como pretende conduzi-la. O primeiro é o seu propósito político. O último, o seu propósito operativo. Este é o princípio orientador que estabelecerá a sua linha de ação, determinará o vulto dos meios e dos esforços necessários e fará com que a sua influência seja plenamente sentida até o menor detalhe operativo (CLAUSEWITZ, s.d., p.686).

Nesse sentido, além da importância em se ter objetivos políticos definidos, é fundamental que se tenha clareza quanto ao adversário, isto porque a falta de precisão dificulta na consecução do combate, da mesma forma que adiciona vagueza na identificação do mesmo. Travar uma guerra ao comunismo, como foi colocado pela ESG, e à “infiltração comunista” traz essa imprecisão em questão. (REED, 2006) Em nome de uma ameaça externa, a ESG cria um consenso no sentido de fazer com que a sociedade abdique de suas liberdades seculares por um “bem maior”.

Dessa forma, a proposta da Escola e da Doutrina de Segurança Nacional se direciona a mobilizar todos os esforços de produção de conteúdo acadêmico não só no viés militar, mas como em todos os aspectos da vida social brasileira, incluindo os costumes, valores e a moral da população de modo a inseri-la e direcioná-la para o que se convencionou como temas de “segurança nacional”. Busca forçar, portanto, uma união contra um inimigo comum. Em outras palavras, transmite à população a ideia de inimigo comum da nação, ao mesmo tempo que também envolve-se com a vida política e social brasileira. Contudo, como já foi evidenciado, segundo Clausewitz, todo o empreendimento, a condução, o planejamento e o caráter da guerra devem ser determinados pela política, sendo este, um assunto dirigido pelos responsáveis políticos, de forma que não recaia às forças armadas os

propósitos finais da guerra, muito menos conduzir temas de política doméstica ou internacional. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 719)

Isso não quer dizer que não caiba às Forças Armadas qualquer tipo de instrução política, pelo contrário, é preciso que os mais altos comandantes tenham conhecimento, além de aspectos mais específicos do meio militar, da política nacional, afinal, “nesse nível, a estratégia e a política se misturam”. (CLAUSEWITZ, s.d., p. 122) Como foi mencionado, a relação entre guerra e política é, portanto, orgânica, de modo que não há separação entre ambas em hipótese alguma. A grande questão posta é que há uma inversão de papéis entre forças armadas e a política no pensamento esguiano no sentido, por exemplo, da Escola Superior de Guerra propor leis eleitorais que definam a atuação política no país, fugindo totalmente do seu desígnio original. Mesmo em nome de uma eventual guerra de grandes proporções, tal qual o discurso frente a uma “guerra total”, é a política que deve guiar as ações militares e todo o escopo de ação das Forças Armadas, uma vez que esta existe justamente para ser utilizada para fins políticos e ressaltando novamente, “...em nenhum caso a Arte da guerra pode ser considerada como sua mentora” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469)

Frente a isso, a mobilização de toda uma sociedade em função de uma possível guerra ao comunismo, no estímulo do “cidadão soldado”, lida com os medos e inseguranças das pessoas. A guerra, na definição mais completa de Clausewitz, deve ser compreendida dentro das três tendências predominantes em si: a subordinação da política, como já foi explorado, e também com o elemento humano e os elementos externos de probabilidades e acaso. Sendo então a guerra um produto das relações sociais humanas, o aspectos psicológicos e as forças morais são também colocadas em prova em palcos de guerra. Com isso, a proposta da ESG de mobilização popular confere a toda nação a responsabilidade e indução de combate ao inimigo através da mudança do uso “defesa nacional” para “segurança nacional”, “onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares” (MARTINS FILHO (1995) apud TIBOLA, 2007), forçando com isso uma maior legitimação e envolvimento para as suas ações.

No que diz propriamente à leitura de Clausewitz por esses estudiosos, destaca-se que, Segundo Ferezin (2012), Castello Branco⁷ “talvez seja um dos poucos militares brasileiros que leu Clausewitz neste período”. A autora ainda aponta que o marechal usou trechos do pensamento de Clausewitz durante palestras promovidas em duas instituições de ensino para falar sobre as ameaças do comunismo e de uma possível guerra revolucionária no Brasil diante do contexto de Guerra Fria. Todavia, ela chama a atenção para o fato que Castello Branco utilizou “Princípios da Guerra”⁸, o qual se trata de uma obra menos madura de Clausewitz dedicada ao príncipe herdeiro, para esboçar seu argumento e não a obra máxima do general, “Da Guerra”, de forma que sua leitura tenha sido mais limitada e presa à sua conjuntura histórica.

De toda forma, é possível observar que o pensamento do general prussiano não endossa as concepções entre guerra e política elaboradas pela Escola Superior de Guerra no período proposto, principalmente do que se diz respeito a “guerra total”. Ainda que sob condições de forte mobilização de recursos e envolvimento na guerra, a política é ainda a sua principal condutora e cabe a ela guiar os caminhos da vida social. A ESG, enquanto uma escola militar, ultrapassa o escopo de estudos bélicos para se portar como “*representante dos interesses da sociedade*”, endossando e buscando consenso para o que vem a ser o governo militar do mal. Castello Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se de forma muito sumária algumas características da Escola Superior de Guerra de modo a demonstrar a formação do pensamento militar brasileiro no período compreendido entre 1949 até o governo de Castello Branco. A intenção em remontar ao pensamento do general prussiano, Carl von Clausewitz, foi fazer um diálogo com o nexos entre guerra e política na aceção de um dos maiores estudiosos da temática da guerra com o desenvolvimento dos estudos militares durante as décadas de 50 e 60.

A máxima de Clausewitz sobre o nexos entre guerra e política, de modo a ser a guerra a continuação da política por outros meios, evidencia a relação orgânica de ambas.

⁷ Para saber mais sobre a leitura do marechal Castello Branco sobre Clausewitz, ver FERZIN (2012).

⁸ Título completo: “Os princípios mais importantes da arte da guerra para completar o meu curso de instrução para a sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro”. No original: “*Die wichtigsten Grundsätze des Kriegführens zur Ergänzung meines Unterrichts bei Sr. Königlichen Hoheit dem Kronprinzen*”.

RICRI Vol. 6, No. 11, pp. 5-21

Sendo assim, pensar a guerra é também de certa forma pensar a política. A grande questão é que Clausewitz evidencia o fato de que a política e os objetivos políticos são os condutores das ações militares e “...em nenhum caso a Arte da guerra pode ser considerada como sua mentora”. Portanto, mesmo em situações de grande mobilização e extremo uso da força, é a política quem guia as ações militares.

Em contra partida, o desenvolvimento brasileiro da Escola Superior de Guerra ultrapassou o escopo militar, sob alegação de defesa nacional, abrangendo também aspectos políticos, sociais e econômicos do país, formando a sua própria massa pensante, sendo estes militares ou civis. Nesse sentido, demonstra-se como a formação intelectual da Escola Superior de Guerra teve uma enorme relevância não só no meio acadêmico, mas também nas questões práticas a partir da criação da Doutrina de Segurança Nacional e na implantação da mesma durante a ditadura de Castello Branco com a militarização da política. Evidencia-se, portanto, que as reflexões de Clausewitz quanto ao nexo entre guerra e política não compactuam com as concepções adotadas pela Escola Superior de Guerra no período proposto, principalmente no que diz respeito à lógica da “guerra total”.

REFERÊNCIAS

- BRODIE, B. 1973. War and Politics. New York: MacMillan
- CLAUSEWITZ, C. 2010. . Vom Kriege. Berlim: Ullstein-Verlag.
- CLAUSEWITZ, C.s.d. Da Guerra. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.
- COIMBRA, C. M. B. 2000. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência.
- CORMIER, Youri. 2016. War as Paradox: Clausewitz and Hegel on fighting doctrines and ethics. Montreal and Kingston: McGill-Queens University Press.
- FEREZIN, C. C. W. 2012. A recepção de Clausewitz no Exército brasileiro: Da Guerra Fria ao pós-Guerra Fria. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- HART, L. 1997. Brasil Henry: Strategy, New York: Meridian.
- MARTINS FILHO, J. R. 1995. O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).São Carlos: EDUFSCar.

MIYAMOTO, S. 1995. Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas, SP: Papirus.

MUNDIM, L. F. C. 2007. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado Brasileiro (1930-1960). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PASSOS, R. D. F. 2014 Clausewitz e a Política, uma leitura da obra “Da Guerra”, Ijuí: Unijuí.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Lei nº 785, de 1949. **Cria A Escola Superior de Guerra e Dá Outras Providências**

REED, D. J. 2006. Why Strategy Matters in the War on Terror. Homeland Security Affairs, Monterey, v. 2, n. 3, p.1-24.

STEPAN, A. 1975. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova.

TIBOLA, A. P. L. 2007. A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.